

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E REALIDADE ESCOLAR EM ANGOLA:

Uma reflexão sobre as contradições na Legislação e seu impacto na Educação

Boás dos Santos¹

Edna Maria Goulart Joazeiro²

Resumo

Este artigo visa analisar as contradições das políticas educacionais em Angola e seu impacto na realidade escolar, considerando a evolução histórica e as dinâmicas sociais. Através de pesquisa bibliográfica e documental, busca-se entender a complexidade do sistema educacional angolano em um contexto de desigualdades e desafios globais. O texto está dividido em duas seções: a primeira explora a trajetória das políticas educacionais, destacando leis, reformas e obstáculos; a segunda analisa como essas políticas perpetuam desigualdades sociais e econômicas. Os resultados indicam que, apesar das metas de equidade, as políticas frequentemente falham em se concretizar devido a disparidades entre diretrizes e realidades escolares. Deste modo, para alcançar uma educação de qualidade para todos, é crucial um esforço conjunto para enfrentar as barreiras estruturais.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Angola, Desigualdade, Reformas.

Abstract

This article aims to analyze the contradictions in educational policies in Angola and their impact on school reality, considering historical evolution and social dynamics. Through bibliographic and documentary research, it seeks to understand the complexity of the Angolan educational system within a context of inequalities and global challenges. The text is divided into two sections: the first explores the trajectory of educational policies, highlighting laws, reforms, and obstacles; the second analyzes how these policies perpetuate social and economic inequalities. The results indicate that, despite equity goals, these policies often fail to materialize due to disparities between guidelines and school realities. Thus, to achieve quality education for all, a concerted effort is crucial to confront existing structural barriers.

Keywords: Educational Policies, Angola, Inequality, Reforms.

1. Considerações iniciais

O presente trabalho, que se enquadra no eixo temático da Política Social e Serviço Social, se propõe a analisar as contradições das políticas educacionais em Angola e seu impacto na realidade escolar, considerando as condições históricas e a dinâmica social. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, tem importância, considerando a complexidade e os desafios enfrentados pelo Sistema Educacional angolano. Deste modo, nos propomos a refletir sobre essa temática, adstrita à situação de Angola, em um Seminário

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mestre em Serviço Social e Política Social e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Católica de Angola (UCAN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001. Telefone: 55 86 98805-597. E-mail: boas.santos@ucan.edu.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC São Paulo, doutora e mestre em Educação pela UNICAMP, bolsista de Produtividade em Pesquisa, 1D do CNPq, Brasil. E-mail: ednajoazeiro@ufpi.edu.br.

centrado na questão da desigualdade social e nas mudanças climáticas na Amazônia, por entender que ao nos propormos a discutir as políticas educacionais em Angola será possível delinear uma perspectiva de análise centrada em um contexto ampliado que permita vislumbrar como a desigualdade social, expropriação e mudanças climáticas atravessam o contexto local, nacional e internacional constituindo-se na atualidade, um desafio global para a humanidade.

Nossa opção de enfatizar o imbricamento entre a dimensão local e a internacional decorre da relação intrínseca entre a questão da desigualdade na sociedade de classe e suas múltiplas implicações sobre a ampliação da desigualdade social e econômica, que perpassam desde tempos imemoriais de nossos países que se inserem tardiamente no sistema capitalista, sofrendo todos os reveses e derivas do enfrentamento da ampliação das expressões da questão social (Iamamoto, 2000), no qual se inserem um conjunto de países que sobrevivem marcados por múltiplas formas de escassez no acesso aos direitos sociais e a serviços essenciais à preservação da vida e à dignidade humana, e que nos diz respeito a cada um(a) e a todos(as) neste amplo contexto acadêmico científico, que busca ampliar o debate sobre a relevância da pesquisa social nos processos de resistência e de luta por direitos.

.Para concretizar o objetivo exposto, guiados por um viés histórico-dialético, propomos investigar a evolução histórica das políticas educacionais em Angola, identificando momentos-chave e suas consequências para a educação; analisar as desigualdades sociais que emergem dessas políticas, considerando o acesso à educação em diferentes contextos regionais e sociais; e explorar os conflitos estruturais entre os diversos atores envolvidos na implementação das políticas educacionais e suas implicações para a prática escolar.

Deste modo, a questão central da pesquisa é: Quais são as contradições nas políticas educacionais em Angola e como elas influenciam as desigualdades sociais e a realidade nas escolas? Desde a independência de Angola, ocorrida em 1975, o Sistema Educacional passou por várias reformas e modificações que visaram promover a equidade e melhorar a qualidade da Educação. No entanto, essas políticas frequentemente enfrentaram desafios na implementação, refletindo as tensões e contradições que permeiam o contexto socioeconômico do país.

Para dar corpo à reflexão, o texto está estruturado em duas seções, além do resumo, considerações iniciais e finais. Na primeira seção, realizamos uma análise histórica sobre as políticas educacionais angolanas, destacando as principais leis e reformas desde a independência, assim como os desafios enfrentados na sua implementação e as respectivas contradições. Na segunda seção, discutimos como essas políticas perpetuam desigualdades sociais e econômicas, funcionando como mecanismos de reprodução social e econômica.

2. Política educacional em Angola: histórico, evolução e contradições

Após a independência de Angola em 1975, o país enfrentou vários desafios para reorganizar seu sistema educacional, que havia sido amplamente moldado pelo colonialismo português³. O sistema colonial era excludente e elitista, atendendo a uma pequena parcela da população, deixando a maioria dos angolanos sem acesso à educação formal, “pois a preocupação principal do colonizador estava, certamente, voltada para a exploração da força de trabalho [...]” (Nguluve, 2010, p. 57).

Nos primeiros anos de independência, o sistema educacional colonial continuou em vigor até 1977. Nesse ano, durante o primeiro Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), foi aprovada uma nova política educacional. Esta política visava atender às necessidades do país e contribuir para a consolidação da independência, sendo formalmente expressa no Programa Maior do MPLA e implementada em 1978.

Certamente, as intenções decretadas pelo MPLA foram parcialmente concretizadas, com novos enfoques no sistema educacional, como a valorização da cultura nacional, a massificação da escolarização, alguns passos para o combate ao analfabetismo e a gratuidade do ensino até a quarta classe. Essas medidas buscavam transformar a situação educacional do país, ampliando o acesso à educação e promovendo o aperfeiçoamento dos docentes. No entanto, críticas sociais resultaram em um diagnóstico realizado 8 anos depois (em 1986), que avaliou o Ensino de Base Regular em quatro províncias (estados) representativas (Huambo, Cabinda, Benguela e Huíla) para examinar o estado da educação angolana (MED, 2014).

Na época, o setor da educação enfrentava vários desafios: o sistema de educação estava descontextualizado, as infraestruturas escolares estavam predominantemente em zonas urbanas, havia uma grave escassez de professores e a acessibilidade à educação era limitada para a maioria da população, sobretudo para crianças e adolescentes em idade escolar. Esses fatores contribuíam para baixas taxas de escolarização e um elevado índice de analfabetismo, que chegava a 85% da população até 1977⁴ (MED, 2014).

Apesar das intenções revolucionárias do governo recentemente criado, o diagnóstico de 1986 e estudos subsequentes, como os de Simão (1999), CAARE (2009) e Zau (2010), evidenciam contradições profundas no sistema educacional. A ausência de uma definição

³ Os angolanos foram colonizados pelos portugueses por cerca de cinco séculos, desde 1482 até a independência em 11 de novembro de 1975. Esse longo período, totalizando 493 anos, pode ser dividido em quatro fases: a primeira é a penetração inicial no Reino do Congo; a segunda refere-se ao estabelecimento de relações amistosas; a terceira envolve a administração portuguesa e a conquista de outros reinos; e a quarta diz respeito à luta pela independência que resultou na autonomia nacional.

⁴ A política educacional da 1ª república, formalizada pela LBSE de 1978 e sua implementação no mesmo ano, surgiu como uma resposta às demandas revolucionárias do 1.º Congresso do MPLA em 1977. Este marco visava reconfigurar o sistema de educação na República Popular de Angola (RPA), sob a égide do Ministério da Educação (MED), refletindo a necessidade de criar uma nova ordem social.

clara para o perfil de saída dos alunos no Ensino de Base Regular, o desajustamento entre a carga horária e os conteúdos programáticos, e a introdução de conteúdos descontextualizados são exemplos desses problemas. O baixo aproveitamento escolar e a alta taxa de abandono de professores, somados à insuficiência de infraestruturas escolares herdadas do período colonial e à destruição de escolas devido à crise político-militar dos anos 90⁵, destacam a incapacidade do sistema em cumprir suas promessas. Outrossim, o referido diagnóstico revelou que os currículos não estavam alinhados com o propósito fundamental da política do MPLA: a formação de um novo tipo de angolano, com uma consciência crítica e científica sobre a sociedade e o mundo. As contradições estruturais e as falhas na implementação demonstraram a distância entre os ideais revolucionários e a realidade prática nas escolas.

Para enfrentar o elevado índice de analfabetismo e melhorar a eficácia escolar, foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educacional (LBSE) nº 13/01, de 31 de dezembro. Esta lei visava readaptar o sistema educacional para atender às novas demandas do desenvolvimento socioeconômico, superando as limitações da estrutura herdada do período colonial e dos propósitos políticos do MPLA na primeira reforma.

Já na segunda reforma, conforme estabelecido no artigo 1.º, ponto 2 da LBSE nº 13/01, a educação deveria buscar “a formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social”. O objetivo desta Lei era promover habilidades e conhecimentos que contribuíssem para o avanço socioeconômico do país, alinhando a educação às necessidades de uma sociedade em transformação e enfrentando as contradições históricas que prejudicavam a eficácia do sistema anterior, com destaque para o longo período de guerra civil⁶.

Com a implementação desta Lei, apesar de se constatar alguns avanços, como a ampliação do acesso à educação e a reorganização dos níveis de ensino, a Lei nº 31/01 trouxe desafios persistentes, assim como a lei anterior. A formalização da educação pré-escolar, a ampliação da educação primária para seis anos de ensino obrigatório e a divisão da educação

⁵ A crise político-militar dos anos 90 em Angola, período marcado por intensos conflitos e instabilidade, refletindo a profunda polarização política e social do país. Após a assinatura do Acordo de Paz de Bicesse, em 31 de maio de 1991, que visava pôr fim à guerra civil entre o MPLA e a UNITA. A persistente desconfiança entre as partes e as questões de distribuição desigual de recursos e o controle territorial, contribuíram para o colapso do acordo e o retorno ao conflito aberto. Este período foi caracterizado por uma guerra prolongada e devastadora que para além de aprofundar a crise humanitária e econômica, revelou as fragilidades das instituições angolanas recém-criadas.

⁶ Após a independência de Angola, o país enfrentou uma longa guerra civil que durou 27 anos, envolvendo o MPLA e a UNITA. O Acordo de Bicesse supramencionado, o Protocolo de Lusaka, em 15 de novembro de 1994, foram tentativas importantes, mas não resultaram em uma solução definitiva. A paz foi finalmente estabelecida com o Memorando de Luena, assinado em 4 de abril de 2002, após a morte de Jonas Malheiro Savimbi, líder fundador da UNITA, em combate na província do Moxico em 22 de fevereiro de 2002. Este acordo é considerado a segunda maior conquista do povo angolano depois da independência.

secundária em dois ciclos, que são alguns aspectos novos comparando com a lei anterior, não resolveram completamente os problemas estruturais. A falta contínua de professores qualificados e de recursos materiais revelou contradições entre a rápida expansão do sistema (com destaque nas zonas urbanas) e o suporte inadequado em termos de recursos humanos e financeiros.

Nesta linha de pensamento Marx e Engels (1998, p.11) lembram-nos que, “a maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que precisam reproduzir”. Esse pensamento se aplica à LBSE nº 13/01 de 2001, que procurou alinhar o sistema educacional com as novas exigências de um país em desenvolvimento, ampliando o acesso e reorganizando os níveis de ensino. Porém, apesar da reforma buscar adaptar o sistema às necessidades socioeconômicas emergentes, a persistência de problemas como a falta de professores qualificados e a desigualdade regional demonstrou que as reformas não conseguiram superar as contradições materiais subjacentes.

Em 2016, foi implementada a LBSE n.º 17/16, de 7 de outubro, para modernizar o sistema educacional, refletindo a necessidade de adaptação a um país em crescimento. A nível intencional, a Lei se propõe promover de modo integral as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas dos alunos, por meio da aquisição de conhecimentos e competências essenciais para uma participação eficaz na vida individual e coletiva (Lei n.º 17/16, art. 4.º). Esta lei trouxe algumas inovações, como a promoção da educação inclusiva e a necessidade de aproximação do currículo às realidades culturais, além de enfatizar o ensino técnico e profissional para preparar os jovens para o mercado de trabalho. Outrossim, introduziu maior flexibilidade na transição entre ciclos e ampliou o foco na diversificação curricular, especialmente no ensino secundário, buscando alinhar o sistema educacional angolano com padrões internacionais.

Apesar dessas melhorias, a implementação da lei ainda enfrentou desafios substanciais, especialmente em regiões mais remotas – caracterizadas de infraestruturas limitadas, acesso restrito a serviços básicos de saúde, situação económica debilitada-, onde as desigualdades regionais evidenciaram a discrepância entre as intenções da lei e a realidade das escolas e comunidades. Ou seja, a implementação desigual das reformas revela a contradição entre as intenções da lei e a realidade prática das comunidades. A falta de recursos e as disparidades regionais agravam as desigualdades educacionais, o que evidencia a tensão entre o desejo de modernização e as limitações estruturais do sistema.

A mais recente Lei n.º 32/20, de 12 de agosto de 2020, que altera Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, traz algumas mudanças no sistema educacional com o objetivo de promover a tão

esperada qualidade da educação⁷. Uma das principais alterações é a extinção da monodocência (um professor lecionando todas disciplinas de uma turma) no terceiro ciclo do ensino primário (5ª e 6ª classe/5º e 6º ano), anteriormente estendida até a 6ª classe, e a remoção da obrigatoriedade do Estado em apoios sociais a partir do ensino secundário e superior, como consta no documento: “o pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e de outros encargos, no Ensino Secundário [I e II Ciclo] e Ensino Superior, constituem responsabilidade dos Pais, Encarregados de Educação ou dos próprios alunos, em caso de maturidade” (artigo 11, ponto 4). Esta ideia transfere claramente a responsabilidade financeira para os pais e encarregados de educação (assim como os próprios alunos), que na sua maioria já carecem de condições objetivas para a sua sobrevivência, o que pode resultar em maior desigualdade no acesso a condições básicas para a frequência dos estudos. Além disso, o artigo 23 reduz a educação pré-escolar de três para duas etapas, agora dividida entre creche e jardim-de-infância, e o artigo 27 permite a matrícula de todas as crianças que completem 6 anos no ano da matrícula, substituindo a restrição anterior que exigia a conclusão até 31 de maio do ano da matrícula.

Outras mudanças relevantes incluem a extinção do grau académico de bacharelato no ensino superior (artigo 68) e as categorias de pós-graduação deixam de ser designadas de “académica e profissional” para a anterior académica ser designada somente de “pós graduação” e a profissional, passa a ser tratada como “pós-graduação não conferente a grau académico” (artigo 69, ponto 2). Por outro lado, o artigo 105 da referida lei estabelece que “20% dos conteúdos curriculares para educação pré-escolar, ensino primário, ensino secundário são da responsabilidade local”, um avanço em relação à falta de uma margem percentual definida na legislação anterior⁸.

A transferência de responsabilidades financeiras para os pais pode acirrar as desigualdades entre classes sociais e regiões. Essas mudanças revelam a dificuldade de implementar reformas verdadeiramente equitativas em um contexto de desigualdade estrutural e limitações econômicas, que é o caso de Angola. Como Marx e Engels (1998, p.18) observam, “a produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens [...]”.

Portanto, compreende-se que o processo histórico das políticas de educação no contexto angolano revela um padrão contínuo de tentativa de transformação na concepção e

⁷ A qualidade da educação é fundamental para garantir o direito à educação e deve ser analisada historicamente. Ela vai além da eficácia dos processos educativos, refletindo mudanças históricas e contradições sociais.

⁸ A centralização de poder em Angola é visível tanto na esfera política quanto no setor educacional. Esta concentração de autoridade se reflete também na Educação, onde o Ministério da Educação define políticas e currículos para todo o país. Antes da introdução de uma margem de 20% para adaptações locais, o sistema seguia um modelo top-down que impunha uma uniformidade desconsiderando as necessidades e realidades específicas das comunidades.

na prática educativa, refletindo uma dinâmica dialética de evolução e conflito. No entanto, conforme demonstrado nos diversos documentos legais, essa tentativa de transformação enfrenta contradições evidentes com a realidade concreta das escolas, destacando a tensão entre as diretrizes estabelecidas e as condições materiais e sociais presentes no cotidiano educacional.

3. Dinâmicas das políticas educacionais: desigualdades sociais e conflitos estruturais

As políticas educacionais desempenham um papel crucial na moldagem da estrutura social e econômica de uma nação, refletindo e, frequentemente, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Historicamente, a educação tem sido um veículo para a reprodução das desigualdades preexistentes. Ou seja, as políticas educacionais, em muitos contextos, são formuladas e aplicadas para beneficiar predominantemente os grupos sociais mais privilegiados, enquanto os grupos menos favorecidos enfrentam barreiras no acesso a uma educação de qualidade – direito fundamental e inalienável de todo ser humano. Marx e Engels reforçam este pensamento ao considerarem o seguinte: “O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (Marx; Engels, 1998, p. 11).

Seguindo essa linha de pensamento, Iamamoto (2000), oferece uma visão sobre a questão social que serve de suporte para nossa reflexão, pois, para a referida autora, a “questão social” é caracterizada pelas desigualdades que emergem na sociedade capitalista, sendo a sua compreensão impossível sem a intermediação do Estado. Ela surge da contradição entre a produção coletiva e a apropriação privada do trabalho e de seus frutos. Além de revelar disparidades econômicas, políticas e culturais entre classes sociais, essa questão é influenciada por relações de gênero, características étnico-raciais e contextos regionais, impactando as relações entre a sociedade civil e o poder estatal. Esse processo gera tanto conformismos quanto resistências, refletindo a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos.

Neste contexto, Althusser (2023, p. 35) entende que “todos os aparelhos ideológicos de Estado [incluindo o próprio Estado, a educação...] concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista”. Este conceito está intimamente ligado à ideia de que a educação (formal), como um dos aparelhos ideológicos do Estado, serve para transmitir e perpetuar a visão de mundo da classe dominante, contribuindo para a reprodução das relações de produção existentes. A estrutura das oportunidades educacionais e a alocação de recursos refletem as condições sociais e econômicas predominantes, e, portanto, as políticas educacionais não são neutras.

As políticas educacionais muitas vezes reproduzem e ampliam as desigualdades existentes ao favorecer certos grupos sociais em detrimento de outros. No contexto angolano, a distribuição desigual da densidade populacional exemplifica essas desigualdades. A centralização dos serviços públicos em Luanda (capital do país), influenciada por fatores como

o movimento migratório, resulta na concentração de recursos e oportunidades na capital, exacerbando as disparidades regionais. Menezes (2000) aponta que essa situação é histórica, refletindo a difícil administração das consequências dos intensos movimentos migratórios que marcaram a trajetória do país, seja em resposta ao colonialismo, à luta armada, ao processo de independência, à má gestão dos bens públicos, ou à guerra contínua após a independência.

A concentração de serviços e infraestrutura em Luanda, resultante da centralização das políticas sociais, sendo a Educação uma delas, destaca a disparidade gritante entre a capital e outras províncias e demais regiões do país. A explosão demográfica na capital, que apresentou uma taxa de migração de 30% segundo o inquérito de Bem-estar da População (INE, 2010), trouxe à tona a necessidade urgente de melhorias em infraestrutura e serviços sociais. No entanto, essa concentração resultou em um desenvolvimento desigual, com áreas periurbanas caracterizadas por um contraste gritante entre modernidade e miséria.

No entender de Samba (2018, p. 41), essa realidade mostra dois mundos visíveis na capital do país: “de um lado, os edifícios modernos construídos com tecnologia de ponta e material de última geração; do outro, casas feitas de chapas, lata e muitas vezes construções inacabadas, sem a mínima estrutura arquitetônica”. A visão de Samba (2018) é bastante sugestiva, pois, além da disparidade regional entre Luanda e as demais províncias, também revela uma desigualdade gritante dentro de Luanda, onde poucos têm muito enquanto a maioria carece quase de tudo para sobreviver.

Esse fenômeno evidencia um desenvolvimento desigual e combinado, onde uma minoria vive em condições de luxo enquanto a maioria enfrenta miséria. Nesta linha de pensamento, Martins (2018) descreve isso como uma “modernidade anômala”, onde a desigualdade persiste mesmo em contextos de desenvolvimento econômico. Por outro lado, Rocha (2010) analisa Luanda como um centro de assimetrias regionais, onde os recursos naturais são explorados pela “metrópole urbana”, revelando uma espécie de “colonialismo interno”. Além disso, Samba (2018) aponta que o afluxo crescente de pessoas para a capital está relacionado tanto aos efeitos da guerra nas províncias quanto à atração das oportunidades econômicas e acesso a serviços em Luanda. Com mais de um quarto da população angolana vivendo na capital, as assimetrias regionais são evidentes, refletindo um histórico de negligência e falta de investimentos nas regiões periféricas.

Deste modo, a centralização exacerbada da concepção, execução e avaliação das políticas sociais em Luanda tem reforçado desigualdades, uma vez que as particularidades regionais e as necessidades locais são frequentemente ignoradas. Programas mediáticos com modelos centralizados, como PIIM (Programa de Intervenção nos Municípios) e Programa de Combate à Pobreza, muitas vezes falham em abordar as realidades locais em diferentes sectores da vida social. A implementação efetiva das autarquias locais, com mais

poder de decisão nas mãos dos cidadãos, pode ser uma solução para superar essas barreiras e promover uma educação e desenvolvimento mais equitativos.

A configuração geográfica e as condições socioeconômicas específicas de diferentes regiões têm um impacto significativo na forma como as políticas são implementadas e como a educação é praticada. Como é óbvio, em regiões urbanas, por exemplo, com maior acesso a recursos e infraestrutura, as políticas educacionais quase sempre são aplicadas de maneira mais eficaz, oferecendo uma educação de maior qualidade. Em contraste, áreas rurais frequentemente enfrentam desafios como falta de infraestrutura adequada e recursos educacionais limitados, resultando em uma educação menos acessível e de menor qualidade. Esse desequilíbrio não só reflete, mas também reforça as desigualdades regionais e socioeconômicas.

A partir do exposto, a visão de Milton Santos sobre o território como um espaço vivido e usado é particularmente relevante para entender essas dinâmicas. No entender de Santos (2022, p. 14), “o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é chão mais identidade”. Esta perspectiva ajuda a contextualizar como a configuração e a utilização do território influenciam as desigualdades sociais e a implementação das políticas educacionais.

Santos (2002, p. 13) complementa a ideia anterior ao afirmar que “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da nossa existência”. Queremos com isso dizer que as políticas educacionais estão imersas nas condições históricas e sociais dos territórios onde se inserem.

A complexidade do ordenamento territorial, descrita por Santos como um processo dialético e multifacetado, é fundamental para entender as disparidades nas políticas educacionais. Segundo ele, o ordenamento não se limita a uma simples gestão espacial, mas representa uma forma de desordem territorial, caracterizando-se por um movimento aberto e imprevisível que abrange as diversas dimensões da sociedade (SANTOS, 2002).

Assim sendo, para além de Santos (2002), diversos autores nas áreas de Ciências Sociais e Econômicas afirmam que a desigualdade social não é um fenômeno natural, mas sim um resultado das relações sociais historicamente construídas. No campo ideológico e político, a desigualdade social traz em seu bojo uma denúncia de um conjunto amplo e complexo de contradições. Estas realidades estão fundamentadas na perda parcial ou total de direitos econômicos, socioculturais e subjetivos. Em essência, a desigualdade social revela uma realidade contraditória, enraizada na forma como o capital responde às suas crises cíclicas de maximização de lucro (Aruda, Colaço, Baia, 2014).

Últimos dados actualizados pelo INE (2019) mostram que Angola tem um índice de pobreza de 41%, com a maior parte da população pobre residindo em áreas rurais. Essas condições de vida precárias, agravadas pela falta de infraestrutura e serviços básicos, como educação e saúde, contribuem para a perpetuação das desigualdades. A pandemia de Covid-19 exacerbou ainda mais essas desigualdades, evidenciando a fragilidade dos Sistemas de Saúde e **das e nas** Políticas Públicas, reforçando a necessidade de uma abordagem mais equitativa e centrada nas necessidades locais. Deste modo, ao analisar o impacto da pandemia desde a perspectiva global, Santos (2024) considera que a pandemia da Covid-19 causou danos incalculáveis, especialmente nas consequências sociais negativas para os segmentos populacionais mais vulneráveis. Segundo o autor, este evento é um dos mais disruptivos da história recente, pois impôs desafios sem precedentes à saúde global, exacerbou as desigualdades preexistentes e evidenciou a fragilidade das estruturas de proteção social em diversos contextos.

Portanto, a análise das políticas educacionais sob uma lente histórico-dialética revela que, apesar das intenções de promover uma educação de qualidade, a prática educacional e a realidade social, determinadas por múltiplas determinações histórico-materiais, muitas vezes está longe de alcançar esses ideais. A realidade das escolas e as condições de ensino contradiz frequentemente as metas estabelecidas pelas políticas. As disparidades na distribuição de recursos, a falta de infraestrutura e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitas famílias exacerbam as desigualdades existentes e dificultam a realização plena das intenções políticas.

Assim, para que as políticas educacionais possam realmente mitigar as desigualdades sociais e econômicas, é necessário um esforço contínuo e coordenado para superar as barreiras estruturais e garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

4. Considerações finais

De tudo o que foi expresso neste texto, fica evidente que a análise das políticas educacionais angolanas revela um padrão contínuo de tentativa de transformação na concepção e na prática educativa, evidenciando uma dinâmica de evolução e conflito. A análise demonstrou que, apesar das intenções declaradas de promover uma educação equitativa e integradora nos documentos legislativos, as políticas frequentemente enfrentam contradições na realidade concreta das escolas, que é influenciada por múltiplos fatores. Essa tensão é visível na discrepância entre as diretrizes estabelecidas e as condições materiais e sociais do cotidiano educacional.

A reflexão que partilhamos no artigo revela que, embora as reformas e as legislações que ancoram a Política de Educação em Angola almejem melhorar a equidade, na prática

elas não têm conseguido atingir esses ideais. As disparidades na distribuição de recursos, a falta de infraestrutura adequada e as dificuldades socioeconômicas enfrentadas por muitas famílias intensificam as desigualdades existentes. Essas condições comprometem a qualidade da educação e perpetuam disparidades sociais e econômicas, dificultando a concretização dos objetivos da Educação e o acesso a importantes segmentos populacionais.

Nesta perspectiva, para que as políticas educacionais possam realmente mitigar as desigualdades e promover uma Educação de qualidade para todos, é necessário um esforço contínuo e coordenado. Superar as barreiras estruturais, como a desigualdade na distribuição de recursos e a deficiência na infraestrutura escolar, é crucial para transformar a Educação em um verdadeiro instrumento de equidade e inclusão. Além disso, é fundamental garantir uma maior coordenação entre os diversos sujeitos envolvidos na Educação para assegurar que as reformas sejam implementadas de maneira eficaz.

Há que se realçar, nesta nota, que, mais do que uma conclusão, a análise empreendida contribui como ponto de partida para um debate mais amplo que vem sendo construído ao longo de nossa pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. No bojo desta reflexão intentamos aprofundar a compreensão sobre as implicações das contradições presentes no âmbito da concepção e das normativas **da** e **na** Educação na sua correlação com as condições objetivas das escolas, buscando evidenciar o lugar que as desigualdades persistentes ocupam na dinâmica da vida social e como a implementação de políticas sociais mais efetivas podem contribuir para uma verdadeira mudança na dinâmica da vida de importantes segmentos de populações vulneráveis que precisam ter acesso a direitos e a melhores condições de vida. Nesta perspectiva urge consolidar no país e no mundo políticas educacionais consistentes, ancoradas em políticas sociais verdadeiramente protetivas que sejam capazes de enfrentar as múltiplas expressões da questão social na Educação, contribuindo para consolidar uma educação crítica, emancipadora, inclusiva e socialmente referenciada.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; introdução crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- ANGOLA. Movimento Popular de Libertação de Angola. **Teses e resoluções do 1.º congresso**. 1977.
- ARUDA, Ricardo; COLAÇO, João; BAIA, Alexandre. **O que é Exclusão Social?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

CAARE. **Relatório do Estudo de caso sobre a aferição de Competências dos Alunos da 6ª Classe da Reforma Educativa:** Primeiro Grupo de Finalistas das Escolas de Luanda, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

INE. **Inquérito Integrado sobre o bem estar da população (IBEP) 2008-2009;** principais resultados definitivos – versão resumida. Luanda: Ministério do Planeamento/ Instituto Nacional de Estatística, 2010.

INE. **Relatório de Pobreza para Angola:** inquérito sobre despesas e receitas. Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2019.

INE. **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014.** Luanda: Instituto Nacional de Estatística, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2.ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. Introdução de Jacob Gorender. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MED. **Lei n.º 17/16**, de 7 de outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, In: Diário da República I Série - N.º 170, p. 3994-4015.

MED. **Relatório:** Avaliação Global da Reforma Educativa. Luanda: Editora Moderna, 2014.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola:** Sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: Fapesp, 2000.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Educação Angolana:** Políticas de Reformas do Sistema Educacional. Piracicaba, São Paulo: Biscalchin, 2010.

ROCHA, Manuel José Alves da. **Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola:** os fatores de competitividade territorial. Luanda: Universidade Católica de Angola - Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010.

SAMBA, Simão João. **Adolescência em Situação de Risco e Educação Social em Luanda.** Jundial: Paco Editorial, 2014.

SANTOS, Boás dos. Territórios, temporalidades, atenção à saúde e Covid-19: dimensão nacional e internacional. **Ser. Soc. & Saúde**, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e024014, 2024.. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8677927>. Acesso em: 2 out. 2024.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In SANTOS, Milton *et al.* **Território e territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-22, 2006.